

| 1001 | OS “NOVOS” MODELOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS

Giovanilton André Carretta Ferreira

Resumo

Estudo sobre o planejamento urbano no Brasil, com objetivo de estabelecer relações com a natureza, características, sobrevivências e transformações presentes no que a literatura pertinente ao tema tem considerado como “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos e as tradicionais práticas de atuação sobre o urbano no país. Esses “novos” modelos de planejamento têm se organizado, em três principais correntes: a do Plano Estratégico Liberal Competitivo, a do Desenvolvimento Urbano Sustentável e a da Reforma Urbana Democrático-Redistributivista. Com base nos conceitos e as principais características descritas sobre esses “novos” modelos urbanísticos, procura-se questionar as ditas inovações e possíveis contradições existentes, bem como se estes modelos resultam de um processo endógeno calcado nas práticas urbanas, ou se seguem os tradicionais caminhos de dominação econômica, política e ideológica por que tem passado o planejamento urbano no Brasil ao longo de sua história.

Apresentação

O presente estudo procura contribuir para um melhor entendimento do que tem se convencionado chamar na literatura pertinente ao tema, de “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos. Estes “novos” modelos compõem realmente novas formas de intervir sobre a questão urbana ou seriam reformulações de antigas abordagens, reafirmando a tradicional prática do planejamento brasileiro de reprodução de modelos, todavia, feitas com adaptações ao “pensamento social” vigente no momento? Ou será que as “novidades”, imersas como estão em contextos onde ainda resistem “visões tradicionais”, impedem o avanço no processo de planejamento?

É procurando responder às questões acima levantadas que esse artigo se coloca com o objetivo de identificar o que tem sido considerado como “novos” modelos de planejamento urbano.

Com o processo de redemocratização, iniciado em fins dos anos de 1980 no país, ao passo que se busca uma maior politização das discussões sobre a cidade, por outro lado, o mundo é “varrido” por uma “onda (neo)liberal” que procura, não por acaso, ressuscitar o vocabulário descartado do planejamento, a partir de uma espécie de “competição entre cidades” em busca dos fluxos globais do capital. Acentuam-se também as preocupações em torno dos efeitos do crescimento vertiginoso das cidades sobre o meio ambiente.

Junto a estas transformações, consolida-se e difunde-se em nossas cidades uma imagem de declínio social, assumindo nos grandes centros urbanos sua face mais cruel. Por outro lado, observamos na literatura nacional e internacional que as grandes cidades tornam-se alvo de revalorização, como lócus e atores do novo tipo de desenvolvimento.

Dentro deste contexto, por força das pressões que recebem da sociedade, ou das implicações resultantes do processo de globalização, os governos municipais têm sido chamados a assumir novas responsabilidades e novas posturas quanto às políticas que incidem sobre as condições de vida dos seus cidadãos. Concomitantemente a esse processo tem se identificado no planejamento urbano um número cada vez maior de experiências consideradas “inovadoras” ou “novas práticas” de planejamento e gestão urbanos.

A partir da problemática especificada, o estudo examina a natureza, características, sobrevivências e transformações no que tem sido considerado como “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos no Brasil.

Revisando o Planejamento Urbano no Brasil

O planejamento urbano-regional atual não mais comporta fórmulas pré-fabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que devemos nos inspirar tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los (SANTOS, 1997).

Numa rápida síntese, algumas características que irão marcar profundamente a história do planejamento urbano no Brasil começaram a se esboçar nas primeiras experiências de melhoramentos e ordenação do espaço urbano no país, no início do século XX: as ações urbanísticas não seguiam diretrizes sociais de grande amplitude, sobressaindo-se questões de caráter técnico; as propostas de intervenção urbana foram espelhadas em propostas de modelos formulados pelos países desenvolvidos, interesses privados já estavam por detrás dos grandes projetos urbanos, os quais patrocinavam, discutiam, defendiam ou atacavam (RIBEIRO & CARDOSO, 1996a; PECHMAN 1996; SILVA, 1981; MARICATO, 2000; MOTTA, 2002; VILLAÇA, 1999).

Com o processo de redemocratização, iniciado em fins dos anos de 1980 no país, passam a emergir em todo o país formas de mobilização em torno da apropriação dos benefícios da urbanização e da ação do Estado, culminando nos movimentos de discussão em torno da

elaboração da Constituição de 1988. Esse período torna-se marcante, pois quando parecia que o planejamento urbano no Brasil passaria, finalmente, a assumir as questões que o orientavam ao nascer nos países centrais, verifica-se a emergência de novos padrões, baseada nas tendências globalizantes ligadas ao (neo)liberalismo e na emergência e aprofundamento da temática ambiental no campo do planejamento urbano (RIBEIRO & CARDOSO, 1996b).

Essa reedição de antigas práticas do planejamento, com o fortalecimento e a hegemonia crescente de forças ligadas ao liberalismo, assim como uma certa “confusão ideológica”, identificada por Maricato (2000a), acaba por propiciar um certo hibridismo nestes “novos” modelos, encobrendo as reais inovações. Na busca de uma melhor definição nas características destes “novos” modelos de planejamento e procurando qualificar melhor a natureza destas inovações, passamos a desenvolver alguns comentários sobre essas novas vertentes do planejamento urbano no Brasil.

O Plano Estratégico Liberal Competitivo.

O planejamento estratégico de cidades, divulgado pela Escola Catalã, que têm tido maior influência na América Latina, e em especial no Brasil, se desenvolveu conceitual e metodologicamente, ao longo das duas últimas décadas do século XX. Ao mesmo tempo, tem carregado consigo um certo grau de incertezas e por vezes contradições em suas propostas. Esse modelo, advindo do meio empresarial, alcança maior notoriedade em todo o mundo, a partir da experiência da cidade de Barcelona na Espanha (1987) que se preparava para sediar os jogos Olímpicos de 1992.

Tomando como referência as bases conceituais e pressupostos defendidos e divulgados pela Escola Catalã, o planejamento estratégico de cidades pode ser definido como:

... uma forma sistemática de manejar as mudanças e de criar o melhor futuro possível para uma cidade. Mais especificamente, o planejamento estratégico é um processo criativo que assenta suas bases em uma ação integrada a longo prazo, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que comporta riscos, identifica direções de ações específicas, formula indicadores sobre os resultados e envolve os agentes sociais e econômicos locais ao longo de todo o processo (GÜELL, 1997 p. 54).

As críticas ao planejamento tradicional (tecnocrático/racionalista), fundamentado numa concepção ideal de cidade, apontam os conceitos e os instrumentos dessa política urbana

como obsoletos, incapazes de acompanhar o dinamismo sócio-econômico que se observa principalmente nas grandes cidades atualmente.

No modelo estratégico, o plano procura ser um facilitador da gestão urbana. Busca-se a intersetorialidade dentro de uma visão global do planejamento, que integra os diferentes planejamentos setoriais através de uma coordenação horizontal e vertical dos seus diversos níveis territoriais-administrativos. Há uma preocupação urgente em transformar intenções e objetivos em ações imediatas. Essas devem se adaptar às avaliações de custo benefício e priorizar o incremento da produtividade urbana. Cresce a necessidade de considerar os diversos agentes públicos e privados que atuam na cidade; porém, privilegiam-se, nos processos participativos, a segmentação e a focalização, em detrimento de formas mais abertas do tipo assembleias. Ressalta-se a modernização dos procedimentos administrativos, sobretudo com a informatização, desburocratização e descentralização que buscam agilizar e qualificar a tomada de decisões, bem como superar a rigidez e os limites das administrações.

Borja & Forn (1996) destacam a “competição entre as cidades” e o “city marketing” como aspectos fundamentais do planejamento estratégico, pois visam a atrair os capitais globalizados que irão alavancar o processo de desenvolvimento urbano das cidades. Associada a essa idéia de competição entre as cidades está a “mercadotecnia da cidade”, outra característica marcante deste modelo, que consiste basicamente na transformação da cidade em um produto a ser posto à venda no grande mercado mundial e no qual os governos locais tornam-se os grandes promotores desse negócio. O alvo principal desta política, bem como de todo o modelo é impulsionar o desenvolvimento econômico, mediante a um receituário que procura transformar a cidade em um centro urbano de gestão e serviços avançados.

O Desenvolvimento Urbano Sustentável

O reconhecimento das condições em que se encontrava o planeta, com relação à natureza e aos recursos oferecidos para a sustentação da vida do homem na Terra, começaram a suscitar discussões mais intensas e acaloradas, a partir dos anos de 1960. Nas décadas seguintes de 1970 e 1980, a partir de ações e programas desenvolvidos por organismos internacionais, o debate da questão ambiental ganha maior amplitude elevando-o ao âmbito dos problemas políticos, econômicos e sociais e reconhecendo o termo “Desenvolvimento Sustentável” que coloca o meio ambiente como autêntico limite do crescimento (FRANCO, 2001).

As diferentes noções e concepções do termo Desenvolvimento Sustentável levaram a discussões e reflexões em todo o mundo, culminado na convocação pela ONU, para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e que ficou conhecida como a RIO-92 ou ECO-92. A necessidade de um desenvolvimento econômico de forma sustentável e o estabelecimento de bases para uma parceria mundial entre países desenvolvidos e não desenvolvidos foram as linhas mestras da Conferência.

Na RIO-92, três importantes documentos foram assinados pelos representantes das nações: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios para a Administração Sustentável das Florestas e a Agenda 21. Este último foi o documento mais abrangente e de maior alcance firmado na Conferência.

Propondo ações para um novo modelo de desenvolvimento assumido mundialmente, a Agenda 21 assume como premissa básica a erradicação ou redução da pobreza como forma de atingir o equilíbrio ambiental. Além disso, enfatiza a questão do desenvolvimento local e o fortalecimento do poder local, de forma a não ser traduzido como ausência do Poder Público. Inclui a necessidade de um amplo conjunto de políticas públicas, que varia de infra-estrutura à pesquisa e comunicação, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável (SACHS, 1993).

Em 1996, foi realizado em Istambul na Turquia, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT II). Fica evidente, com essa Conferência, a ampliação dos temas acerca da questão da sustentabilidade, garantindo uma maior ênfase nas relações econômicas, sociais e políticas existentes entre cidades, pobreza e qualidade de vida. Consolidou-se a adoção de práticas sustentáveis no planejamento urbano, tornando-a um referencial comum e popularizando no meio o termo “desenvolvimento urbano sustentável”.

A agenda resultante da HABITAT II aponta estrategicamente para o desenvolvimento urbano sustentável, a partir da adoção de parcerias entre o poder público e a sociedade civil.

Pode ser evidenciado a emergência de um novo paradigma, neste momento, com a difusão e assimilação, no mundo, da idéia do desenvolvimento urbano sustentável. Esse paradigma assenta-se no planejamento de ações e numa nova ordem ecológica, apresentando uma postura crítica sobre a concepção de um progresso fundado no crescimento econômico, em que os produtos estruturais são a ameaça da natureza e da sobrevivência humana. O centro das

discussões passa a ser a questão da equidade entre nações e gerações. Entretanto, o que se verifica na prática é que em nome desse consenso, diferentes projetos de cidade podem se encaixar na pauta da sustentabilidade (ZECCHINELLI, 2000, apud; CARDOSO 1994).

A Reforma Urbana Democrático-Redistributivista.

As origens do ideário da reforma urbana no país remontam a fins da década de 1950 e aos primeiros anos da década de 1960. Com o golpe militar de 1964, as iniciativas reformistas são “congeladas”, até o início da reabertura política em meados dos anos de 1980. A elaboração da Constituição de 1988, apesar de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade gerou uma inclusão formal das demandas populares dentro da lógica do regime urbanístico em vigor, reforçando o papel do Estado e transferindo as responsabilidades pela condução da cidade para os planos diretores municipais, resultando num esvaziamento da Reforma Urbana em nível nacional (ROLNIK, 1997).

A aprovação da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - deu um novo “fôlego” ao projeto da Reforma Urbana e reconheceu de fato a questão urbana, após cerca de 40 anos, criando condições institucionais e jurídicas para a implantação de um modelo de política reformista redistributiva. De uma maneira geral, o Estatuto da cidade torna-se um importante avanço, a partir do reconhecimento da “cidade real” com suas favelas, loteamentos irregulares e clandestinos; assegura o direito às cidades sustentáveis, à terra urbana, à moradia, ao saneamento básico, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Reafirma também a função social da propriedade, com a possibilidade de penalização pelo seu descumprimento. Revigora e amplia os instrumentos urbanísticos, institui a gestão democrática da cidade, desde a formulação do seu planejamento até a implementação e acompanhamento das políticas urbanas. Além disso, possibilita a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária decorrente de investimentos do Poder Público e procura assegurar a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização.

O que há de “novo” no planejamento urbano brasileiro

Com base nos conceitos e as principais características descritas sobre esses “novos” modelos urbanísticos, procura-se questionar as inovação e contradição nestes novos modelos. Voltamos-nos para o questionamento que Maricato (2000b) propõe: esses modelos resultam de

um processo endógeno calcado nas práticas urbanas ou segue os tradicionais caminhos de dominação econômica, política e ideológica por que tem passado o planejamento urbano no Brasil ao longo de sua história?

O Planejamento estratégico que vem sendo chamado, de “terceira geração” urbanística, pelas inovações e rupturas de continuidade com as antigas práticas de planejamento que são divulgadas, segundo Arantes (2000), não apresenta nenhum tipo de interrupção de continuidade e muito menos de inovação. Se existe algo de novo, para a autora, neste modelo, resume-se ao “gerenciamento” urbano, agora assumidamente empresarial e que tem levado não por acaso a retomar o vocabulário descartado do planejamento, que andava em descrédito anteriormente.

Esse “novo” planejamento urbano não tem mais a intenção de estabelecer prognósticos e propor intervenções que substituam as livres forças do mercado; ao contrário, ele principalmente acompanha e impulsiona incontestavelmente o mercado. Identifica-se nos planos estratégicos uma grande generalização por parte das propostas e um alto grau de flexibilidade que se contrapõe ao urbanismo rígido e funcionalista do passado, em favor de uma concepção mais integral e polivalente de cada zona urbana; e, de obras específicas, ou seja, grandes projetos com os quais se procura alavancar as dinâmicas urbanas de crescimento, mutação e reestruturação. A partir desta flexibilização e com base nas prioridades centrais que direcionam o modelo, as questões sociais estruturantes, como o acesso a infra-estrutura básica, moradia, formação e projetos que promovam a inclusão social tendem a ser preteridas pelos grandes projetos urbanos com os quais se procura alavancar as dinâmicas urbanas de crescimento econômico. Surge, assim, um “urbanismo de resultados” que apresenta uma relação estreita com o plano estratégico, pois garante a visibilidade e o marketing urbano necessário para a sua legitimação (COMPANS, 1996).

Avanços confrontam-se e ficam minimizados frente às restrições e os limites impostos pela ideologia empresarial, competitiva e despolitizada que vem caracterizando algumas experiências deste modelo no país. Dentro destes limites, identifica-se a modernização da gestão pública; uma maior flexibilização das normatizações, a partir da valorização do processo de negociação; a iniciativa de estabelecer processos participativos para a tomada de decisões e implementação de ações; a melhoria da infra-estrutura urbana e a preocupação com a sustentabilidade urbana como pontos importantes de avanço e/ou inovação dentro deste modelo.

Por outro lado, com a emergência e o desenvolvimento de um novo paradigma “ecológico”, estabelecido nas políticas urbanas a partir da idéia de um desenvolvimento urbano sustentável, percebe-se que ele impõe novos questionamentos, bem como novas técnicas e escalas de atuação sobre as cidades. Mudança na base de legitimação, discursos e ações que migram da ordem social para o tema ambiental, incorporando as idéias de participação, autonomia local e desregulamentação. Paralelamente a sociedade deixa de ser vista como objeto de ação, substituída pela caracterização da Natureza como sistema global, onde os homens são incluídos. Crise dos estados nacionais que deixam de ser as referências para formação das identidades coletivas e de instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a essas identidades. Os novos territórios da ação coletiva passam a ser o planeta e o nível do local (RIBEIRO, 1996c).

No contexto exposto, uma questão primordial se coloca com relação ao desenvolvimento urbano sustentável, diz respeito ao alto grau de incompatibilidade existente entre um discurso de proteção ambiental e o modo de produção capitalista, a que estamos submetidos (SAMPAIO, 2003a; SOUZA, 2002a; BREMER 2001a). Neste sentido é possível ver uma alta dose de idealismo embutido no conceito de desenvolvimento urbano sustentável.

Para Bremer (2001b), no debate sobre planejamento e gestão urbana com propósitos sustentáveis, é imprescindível que se reconheça as cidades como consumidoras e degradadoras do ambiente natural e como recursos do ambiente construído. Buscar a sustentabilidade urbana nas cidades brasileiras sem que ocorra uma degradação dos estoques de recursos passa, atualmente, pela solução dos problemas mais veementes vivenciados em quase toda a rede urbana do país. Porém, esta alternativa recai sobre um dilema, pois tais problemas são frutos da fase atual do modo de produção capitalista no Brasil e superá-los não parece ser uma tarefa tão rápida. No entanto, a (re)ordenação do espaço urbano por princípios básicos sustentado no direito à cidadania, na gestão democrática das cidades, na função social da propriedade, além da adoção de mecanismos, que ao menos mantenham os atuais estoques de recursos para as próximas gerações assinalam na direção de uma possível alternativa.

O que se evidencia é que a discussão mais acadêmica em curso sobre a validade e a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável pouco tem afetado a sua enorme aceitação política e as Agendas públicas que o tomam como referência. Por outro lado, se isso aumenta a legitimidade do paradigma da sustentabilidade e sua pertinência para lidar com a especificidade do urbano, por outro, cresce a necessidade de selecionar critérios, estratégias e

indicadores para ancorar a formulação, monitorar a implementação e avaliar os resultados das políticas urbanas em bases sustentáveis.

Por fim, apesar da grande importância que o Estatuto da Cidade assume no contexto da Reforma Urbana, dois aspectos importantes nesse processo devem ser ressaltados como possíveis obstáculos ou riscos à sua efetivação. A aprovação ocorre num momento histórico em que são afirmadas e ampliadas as tendências do modelo (neo)liberal, que dinamizam as características concentradoras do nosso processo de urbanização. Em segundo lugar, o Estatuto retoma e fortalece um instrumento que estava em desuso e descrédito, que é o planejamento urbano através do Plano Diretor, após quase uma década de hegemonia da abordagem “estratégica” no pensamento urbanístico e na gestão municipal.

Essa retomada do Plano Diretor à centralidade da cena política municipal “embaralhou” o jogo de interesses conflituosos em torno do urbanismo no país, em especial, o uso e da ocupação do solo urbano. Se por um lado, os que aderiram ao planejamento estratégico, agora apresentam como desafio tentar compatibilizar duas agendas que, além de objetivos distintos, possuem aspectos antagônicos relativos ao papel do Estado e sua relação com a sociedade, por outro lado, os setores que integraram o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) pressionam pela regulamentação local dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, a saber, a democratização do Estado e o fortalecimento do seu papel regulador. Neste imbróglio, percebe-se uma certa facilidade para que estes novos instrumentos passem a ser apropriados para objetivos diversos dos quais foram inicialmente concebidos, bem como uma dificuldade em se admitir as limitações que estes instrumentos apresentam para o enfrentamento de questões tão graves como a segregação urbana espacial, o desemprego e a violência.

Confirmando tais tendências, Sampaio (2003b) aponta que, recentemente, o Plano Diretor tem incorporado no seu discurso, sem qualquer ressalva ou constrangimento, aspectos do planejamento estratégico e do desenvolvimento sustentável, chegando a ponto de rebatizá-lo com a terminologia “Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Sustentável”. Demonstra-se uma certa distorção na utilização deste, como instrumento de implementação da Reforma Urbana, a partir de uma fusão esdrúxula, envolvendo conceitos, características e objetivos distintos, dentro de um instrumento tradicionalmente normativo, que por mais perfeito que seja, nunca será suficiente, embora indispensável, para dar conta de processos articulados ao desenvolvimento sócio-espacial e a qualidade de vida.

Concomitantemente a esse processo, podemos constatar que houve uma absorção generalizada, em grande parte dos municípios brasileiros, da agenda da reforma urbana, se bem que de maneira diferenciada, variando conforme o perfil político-ideológico das administrações, no momento da elaboração das leis orgânicas e dos planos diretores. No entanto, a efetivação desses projetos tem enfrentado diversas dificuldades, como aponta Santos Júnior (1995), tais como: a crise, a reestruturação econômica e seus reflexos dentro da questão urbana no país, o estrangulamento fiscal do setor público, a resistência das culturas político-administrativas locais as novas propostas de planejamento e gestão, o despreparo técnico dos quadros profissionais das prefeituras, e o crescimento da influência intelectual e política da concepção (neo)liberal sobre a função do Estado na sociedade.

Por fim, o que se percebe é que o planejamento urbano vive numa contradição, pois temos um Poder Público que institui direitos, diretrizes e instrumentos de intervenção urbana, sem que esteja capacitado; em muitos casos, em termos políticos e institucionais, para implementá-los integralmente no âmbito do poder local. Desta forma, apesar dos avanços, a reforma urbana ainda é um desafio para os atores comprometidos com a transformação da cidade, ao mesmo tempo, em que, segundo Souza (2002b), necessita de recriação do seu discurso. Ou seja, deve passar dentre outros aspectos, por uma radicalização das propostas, no sentido de aprofundar o diagnóstico estrutural, dotando as propostas de um horizonte de longo prazo menos ambíguo e problemático e contextualizando-a à nova agenda de discussões que se coloca em todo o mundo como a globalização, a crise do Estado desenvolvimentista, a preservação do meio ambiente e a ascensão do empresariamento urbano.

Considerações Finais

Podemos identificar semelhanças entre a questão urbana atual e a do início do nosso período republicano. Hoje, como em diversos períodos, as elites olham assustadas para a cidade e identificam, na sua suposta desordem, a causa dos problemas sociais. Essa desordem, na maior parte das vezes, emana dos espaços das camadas populares e de suas práticas. No debate público, as nossas cidades são partidas em segmentos marginais e integrados, numa espécie de reedição da razão dualista, que imperou entre os nossos intelectuais da Primeira República, através de discursos que procuram explicar as razões da crise urbana e justificar soluções técnicas, nem sempre democráticas. “No atual urbanismo de ‘melhoramento e embelezamento’,

o higienismo cede lugar à estratégia de utilização da imagem da cidade reunificada como vantagem competitiva na atração dos fluxos globais do capital” (RIBEIRO, 2002 p. 86).

Juntamente a tais constatações, identifica-se nos últimos anos, um momento de transição histórica e intelectual sob os impactos da crise do modelo desenvolvimentista e da nossa inserção no novo modelo de produtividade, difundido pela globalização. No plano internacional, recomenda-se a adoção de políticas urbanas que aumentem a produtividade da cidade como o único caminho para enfrentar a pobreza. Tornar as cidades competitivas em termos econômicos é a única solução para enfrentar as dramáticas conseqüências do ajuste estrutural. Para este fim, são minimizadas as políticas urbanas redistributivistas e valorizadas as políticas focalizadas e compensatórias.

Por outro lado, dentro do processo de reforma institucional, iniciado no país com a Constituição de 1988, abriu-se, especialmente no plano local, um movimento no sentido inverso desse receituário. Em suma, um modelo de política urbana profundamente comprometido com os ideais de democracia, equidade e justiça social, traços marcantes de um welfare state local.

Entremeando estes dois cenários, ocorre a emergência de um novo paradigma, o “ecológico”, estabelecendo novos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação.

Neste amplo contexto de transformações na forma de entender e intervir sobre a questão urbana destaca-se a discussão sobre o novo papel das cidades brasileiras e, nesta perspectiva, as discussões em torno do planejamento urbano retomam força. O que se constata é que há uma tensão intelectual e ideológica, na forma de atuar sobre o urbano, evidenciada nas posturas descritas anteriormente, materializadas pelas seguintes vertentes do planejamento urbano no país: o planejamento estratégico de cidades, o ideário da reforma urbana e o desenvolvimento urbano sustentável.

Dentro destes “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos destacam-se algumas práticas tidas como “inovadoras” pela literatura pertinente: a questão do desenvolvimento econômico local; a descentralização e a participação popular nas políticas urbanas, a inserção da temática ambiental, através da disseminação da idéia de sustentabilidade urbana e o reconhecimento da cidade real.

No entanto, essas inovações estão imersas no que Maricato (2000c), denomina como uma espécie de “troca de mãos das bandeiras democráticas”, ou seja, há uma aproximação, ao menos no discurso, destas distintas vertentes. Nota-se que a viabilização do desenvolvimento

econômico local passa a ser considerado como um princípio de sustentabilidade de tais vertentes. A eliminação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais mais gritantes são interpretadas como condição para a estabilidade política, permeando as propostas das distintas abordagens. A questão social recupera espaço, mesmo na agenda de reformas neoliberais, assim como cresce a discussão em torno das preocupações ambientais e da necessidade de maior participação popular nas discussões sobre a cidade.

Como é característico, essas inovações deparam-se com as práticas tradicionais de clientelismo, patrimonialismo e o modelo de planejamento autoritário e centralizado, elementos bastante presentes, que compõe a cultura política e a prática do planejamento urbano no país. Estas práticas tradicionais são identificadas como elementos a serem combatidos por esses “novos” modelos de planejamento, para que novas formas de ação possam fluir. Isso requer que os governantes tenham clareza e compromissos com as mudanças, assim como é necessário que toda sociedade civil e a máquina pública sejam impregnadas pelos germes da mudança, com novos valores sendo estimulados e as práticas do planejamento urbano sendo oxigenadas, sempre.

Referências:

- ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas.** In: ARANTES, Otília; VAINER Carlos; MARICATO Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Rio de Janeiro. Vozes, 2000.
- BORJA, Jordi & FORN, Manuel de. **Políticas da Europa e dos Estados para as cidades.** In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, nº 39, 1996. p. 32-47.
- BREMER, Ulisses Franz. **Rumo às cidades sustentáveis.** In: Congresso Nacional dos Profissionais 4 - 2001: Foz do Iguaçu, PR. Textos referenciais. Brasília CONFEA, 2001.
- COMPANS, Rose. **A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e “urbanismo de resultados”.** In: VI Encontro Nacional da ANPUR. Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro. Brasília. ANPUR, 1996. p. 1721 - 1733.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

- GÜELL, José M. F. **Planificación estratégica de ciudades**. Editora Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1997.
- MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otilia; VAINER Carlos; MARICATO Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro. Vozes, 2000. 192 p.
- MOTTA, Marly S. da. **O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: História e desafio. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002. 296 p.
- PECHMAN, Robert Moses. **O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20**. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996. 454 p.
- RIBEIRO, L. C. Q. & CARDOSO, A. L. **Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil**. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.
- RIBEIRO, L. C. Q. **A cidade, as classes e apolítica: uma nova questão urbana brasileira?** In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: História e desafio. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002. p. 84-105.
- ROLNIK, Raquel. **Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas**. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS JÚNIOR, O. A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2ª ed. 1997. p. 351-360.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993. p 103.
- SAMPAIO, Antonio H. L. **Planos diretores e estratégicos: dos velhos mitos aos novos ritos**. In: Encontro da ANPUR, X. Anais. Belo Horizonte, ANPUR. 2003.
- SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. **Por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995. 144p.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVA, Maclovia C. da. **Urbanismo nas cidades brasileiras durante a primeira metade do século 20**. Sinopse / Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. V. I (1981) - São Paulo: FAU, 1981.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo. Editora da USP, 1999.

ZECCHINELLI, Ivani S. Projeto São Pedro - **Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal - Vitória (ES) - Uma experiência municipal a caminho do desenvolvimento urbano sustentável**. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. p. 179.